

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Nós confiamos em Deus

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano I – Nº 4 – Abril / Maio / Junho – 2012

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, se sobressaindo, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo, no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o Poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável – (DRT 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas – (ABJ Nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
– *Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Ministra Helena Maria de Freitas Chagas
Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Competência e dinamismo profissional são a marca registrada da Ministra-Chefe da SECOM/PR



Senador Fernando Affonso Collor de Mello
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

A notória contribuição do Senado Federal vem fortalecer a política externa brasileira



Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto
Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF

A Democracia, é “a menina dos olhos” da nossa Constituição, e seu íntimo enlace com a liberdade de informação

O que você quer fazer nos próximos anos?



A energia está em todos os lugares. É ela que faz o mundo girar, que faz você chegar cada vez mais longe. E para ir além, e construir um futuro melhor,

é preciso pesquisar, inovar, pensar diferente. É preciso trabalhar juntos, para gerar mais energia. E mais energia quer dizer uma vida melhor para todo mundo.



Venha fazer com a gente. Pegue o seu lugar no futuro.
www.petrobras.com.br/venhacomagente



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de
Minas e Energia





O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO I – Nº 4 – Abril / Maio / Junho – 2012

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e Jornalista Responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA – (DRT 36.203/SP)

Colaboração Especial: Aliádne Damázio

Projeto Gráfico e Diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e Ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e Circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30.000 mil exemplares

Endereço: Rua Dona Antonia de Queirós, 504 – Conj. 45 – CEP 01307-013 – Consolação – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br

* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda a informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus



Proteção à Vida da Criança e do Adolescente

Educação Preventiva nas Escolas sobre o uso indevido de Drogas

Participe da Campanha Institucional de Combate às Drogas do IDELB

Você já conversou sobre drogas com seus pais?

Você já conversou sobre drogas com seus filhos?

Para você, o que significa independência?

Para você, o que significa dependência química?

E você, pai ou mãe, já tocou no assunto com seu filho?

Acredite! Com fé em DEUS, determinação e força de vontade é possível vencer as drogas!

Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB



www.idelb.org.br

Compartilhe aqui suas respostas e experiências. Participe da Campanha Institucional de Combate às Drogas do IDELB, encaminhando um e-mail para idelb@idelb.org.br



Helena Maria de Freitas Chagas

Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Federativa do Brasil

COMPETÊNCIA E DINAMISMO PROFISSIONAL SÃO A MARCA REGISTRADA DA MINISTRA-CHEFE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECOM/PR



journalista Helena Maria de Freitas Chagas é a Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). Ela tem em seus ombros a grande responsabilidade de administrar uma das mais importantes secretarias que compõem a estrutura organizacional da Presidência da República. Helena Chagas acumulou, ao longo de sua carreira, uma bagagem digna e de grande destaque profissional.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1961, filha do jornalista Carlos Chagas, esteve sempre cercada de um ambiente onde a leitura dos jornais era uma rotina, o que provavelmente a influenciou em optar pela faculdade de jornalismo. Formada pela Universidade de Brasília (UnB), em 1982, passou por muitos veículos da mídia na época, tendo feito cobertura de eventos importantes, como a inauguração da Nova República e a Assembleia Nacional Constituinte. Helena Chagas iniciou sua carreira profissional no *Jornal de Brasília*, trabalhou no *Diário da Manhã* e depois em *O Globo*, foi repórter por dez anos. Em seguida, trabalhou por dois anos na *TV Senado*, atuando como repórter e produtora dos programas da casa legislativa, no *Estado de S. Paulo*. Em 1995, voltou para *O Globo* como coordenadora da área de política, para mais um período de onze anos, além de ser chefe de redação e diretora da sucursal de Brasília. Em 2006, assumiu a diretoria de jornalismo da sucursal de Brasília do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e foi comentarista de política no jornal matutino da emissora.

Em novembro de 2007, durante o governo Lula, Helena Chagas comandou ainda todo o processo de discussão e implantação de espaços dedicados ao jornalismo na TV Brasil, na Agência Brasil e no sistema de rádio da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), priorizando a divulgação de conteúdos com viés da cidadania.

Em toda a sua carreira jornalística, Helena Chagas tem se destacado como uma analista política. Na criação da EBC, esclareceu a relação da mídia e da política, destacando o papel das mídias públicas no fortalecimento da democracia, ressaltando que a criação da EBC representou um importante passo para a democracia brasileira. Um sistema de comunicação cada vez mais democrático faz com que o povo se sinta, ao mesmo tempo, representado e bem informado. “[É] uma instituição que é um instrumento da democracia, que ajuda o cidadão a refletir sobre o seu país”, destacou Helena Chagas. “(...) não há nada mais importante do que ser a voz dos que não têm voz. O que fazemos aqui é representar a sociedade desorganizada, já que a sociedade organizada tem seu espaço”, acrescentou. “[Por meio do jornalismo público,] podemos fazer experiências e experimentos com outro olhar, que é o jornalismo colaborativo.”

Em 2010, Helena Chagas deixou a diretoria de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação para coordenar a área de imprensa da campanha de Dilma Rousseff. Em 9 de dezembro, foi escolhida para Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Como Ministra-Chefe, Helena Chagas tem como responsabilidade a comunicação do Governo Federal, coordenando um sistema que interliga as assessorias dos ministérios, das empresas públicas e das demais entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de garantir a disseminação das informações de interesse público, como direitos e serviços, e também projetos e políticas de governo. O esforço da ministra na secretaria tem estado afinado às ações de comunicação que obedeçam a critérios de sobriedade e transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos, além de supervisionar a adequação das mensagens aos públicos.

No entanto, um grande desafio é atender às necessidades desse momento histórico que o Brasil vem vivenciando nos últimos anos, pois o crescimento da classe média e a retirada de milhões da miséria não representam apenas distribuição de renda, e sim uma emancipação. As pessoas deixam de ter um foco centrado em garantir a próxima refeição e passam a ter outros interesses, como o de saber e de participar da democracia. Contudo, a Ministra-Chefe da SECOM-PR, Helena Chagas, está ciente desse desafio e coloca que, “no contexto das grandes mudanças como essa, cada vez mais brasileiros necessitam de informações de qualidade”. Para ela, vivemos em um país com ampla liberdade de expressão, e a SECOM tem um compromisso com a livre expressão e com a informação ao cidadão.

Parabéns, Ministra Helena Chagas, pelo empenho e pelo sério trabalho que tem desenvolvido em prol do fortalecimento do país e da democracia brasileira, especialmente pela capacidade estratégica de escolher seus assessores, dentre os quais se destaca, com louvor, a competente e profissional Coordenadora de Gabinete, Sra. Catherine Alves.





Senador Fernando Affonso Collor de Mello

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil

A NOTÓRIA CONTRIBUIÇÃO DO SENADO FEDERAL VEM FORTALECER A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas são ingredientes necessários para assegurar com precisão a Defesa Nacional



Senador Fernando Affonso Collor de Mello, nascido no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949, é político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, tendo sido o 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992; prefeito de Maceió, de 1979 a 1982; deputado federal, de 1982 a 1986; e governador de Alagoas, de 1987 a 1989. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil, ao assumir o cargo, na época, com 40 anos de idade, e também o primeiro presidente eleito por voto direto do povo, após o regime militar (1964-1985). Sucedeu o ex-presidente José Sarney nas eleições de 1989.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Senador Fernando Collor de Mello vem dar sua contribuição inarredável, por meio de suas qualificadas ações legislativas em benefício do Brasil. Ele relata em seu artigo transcrito abaixo, os avanços e os resultados alcançados por seu competente e dinâmico trabalho.

Ao assumir a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – em época coincidente com o início de um novo governo e a consolidação do Brasil como um ator global –, contei com o apoio desta para promover, no âmbito do Legislativo, uma análise crítica e um debate mais profundo e especializado acerca das políticas de governo e dos temas de maior relevância da geopolítica mundial.

Com o propósito de trazer à reflexão do Parlamento e da sociedade assuntos de tal monta, realizamos um ciclo de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira, nos mesmos moldes da exitosa experiência que adotamos na Presidência da Comissão

de Serviços de Infraestrutura, no biênio 2009-2010. Moveu-me a ideia de dar ao Colegiado informações qualificadas e independentes, com o intuito de contribuir para a deliberação das propostas que lhe cabem constitucionalmente, além de oferecer ao público o conhecimento dos grandes temas da agenda internacional e da inserção do Brasil no mundo, sob os mais variados ângulos. Mais além, não me contentava restringir o papel da Comissão ao de mero “homologador” de decisões tomadas pelo Executivo em questões de política externa e de defesa.

A Comissão tem responsabilidade direta no acompanhamento das políticas externa e de defesa do Estado. O exercício dessa incumbência requer constante atualização, uma vez que a realidade internacional se nos apresenta de forma dinâmica, complexa, difusa e fragmentada. Assoborçados pelo volume de informações de todo o mundo que nos chegam em tempo real, é essencial que tenhamos a capacidade de processá-las e organizá-las, para melhor analisarmos as tendências do sistema internacional.

O aporte do conhecimento teórico e a experiência dos mais de 250 especialistas e autoridades que participaram das 70 audiências públicas realizadas em 2011 e 1012 contribuíram para o aperfeiçoamento e o enriquecimento dos trabalhos da Comissão em temas como as insurgências no mundo islâmico; a importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas; os reflexos no cenário internacional da política externa dos Estados Unidos, União Europeia, Rússia, China, Índia e África do Sul; os 20 anos do Tratado de Assunção; a influência da China e da Al-Qaeda na África; e as perspectivas do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Abordamos o sistema financeiro internacional; as negociações da OMC e Rodada Doha; a crise na zona do euro e o panorama energético internacional. Na área da defesa, discorremos sobre orçamento, modernização e reaparelhamento das Forças Armadas; a estratégia nacional de defesa, indústria bélica, aquisição de armas e transferência de tecnologia; a vigilância de fronteiras; a defesa do patrimônio e dos recursos do pré-sal; as missões de paz e o emprego dos militares no reforço aos órgãos de segurança pública.

Neste ano, debatemos temas atuais como a imigração haitiana para o Brasil; nossas relações com os países vizinhos; a questão dos “Brasiguaios” e as recentes medidas adotadas pela Argentina; o Mercosul e a atual conjuntura no subcontinente; a crise na União Europeia e suas consequências para a economia brasileira e as relações comerciais Brasil-UE; o meio ambiente e as expectativas para a Conferência Rio+20; a situação na Síria e no Irã; o terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética.

Encerrando a série, discutimos as expectativas para 2012 e os aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e de defesa dos principais atores globais e dos países em desenvolvimento; as prioridades da política externa brasileira; a diplomacia do futuro e o papel do Brasil nos BRIC e no G-20. A instalação das Subcomissões Permanentes de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional de Mudanças Climáticas da Amazônia e Faixa de Fronteiras e a de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas alargou o escopo dos debates. Duplicamos o número de reuniões e apreciamos a indicação de cerca de 70 embaixadores e mais de 200 proposições. Tenho a convicção de que a discussão aberta e independente dessa ampla agenda terá contribuído para o melhor cumprimento de nossa missão.





Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto

Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CLASSIFICA A DEMOCRACIA COMO “A MENINA DOS OLHOS” DE NOSSA CONSTITUIÇÃO, E SEU ÍNTIMO ENLACE COM A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO



Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, nasceu em 18 de novembro de 1942, na cidade de Propriá, Sergipe. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1962, obtendo o diploma de bacharel em 1966. A partir de 1967, passou a militar na advocacia. Realizou os cursos de pós-graduação em Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe (UFS), em 1974-1975; de mestrado em Direito do Estado, em 1981-1982, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); e de doutorado em Direito Constitucional, em 1998, também pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ministro do Supremo Tribunal Federal desde junho de 2003, Carlos Ayres Britto foi relator de ações em que o STF decidiu questões relevantes, tais como a liberação das pesquisas no Brasil com células-tronco embrionárias (ADI 3.510), a legalização da demarcação integral e contínua da área indígena Raposa Serra do Sol (RR), com 1.747.464 hectares (Petição 3.388), e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (ADI 4277 e ADPF 132).

O tema das pesquisas com células-tronco embrionárias, apreciado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.510, foi objeto da primeira audiência pública realizada pelo STF, com a finalidade de municiar os membros da Corte com informações técnicas sobre a questão. Ayres Britto convocou e conduziu os trabalhos da audiência, realizada em abril de 2007.

Outro tema de grande destaque relatado por ele foi o processo que culminou com a não recepção da chamada Lei de Imprensa. A decisão foi tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130. Houve também o julgamento da ADC 12, pelo qual ficou proibido o nepotismo no Judiciário e nos demais Poderes.

Entre maio de 2008 e abril de 2010, Ayres Britto presidiu o Tribunal Superior Eleitoral. Antes mesmo da edição da Lei Complementar nº 135, a chamada Lei da Ficha Limpa, em junho de 2010, defendeu no TSE e no STF a tese da inelegibilidade dos candidatos condenados por improbidade administrativa e corrupção. Nesse período, também pôs fim às chamadas “candidaturas clandestinas”.

Durante as eleições gerais de 2010, o ministro foi relator da ADI 4.451, na qual o STF liberou, por meio de liminar, a utilização de charges e humor nas campanhas eleitorais. Coube a ele também a relatoria da Ação Penal 409, a primeira que resultou na condenação de um parlamentar federal pelo STF, em maio de 2010: o ex-deputado José Gerardo Oliveira de Arruda Filho, do Ceará, por crime de responsabilidade como prefeito de Caucaia (CE).

Ayres Britto foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Ilmar Galvão.

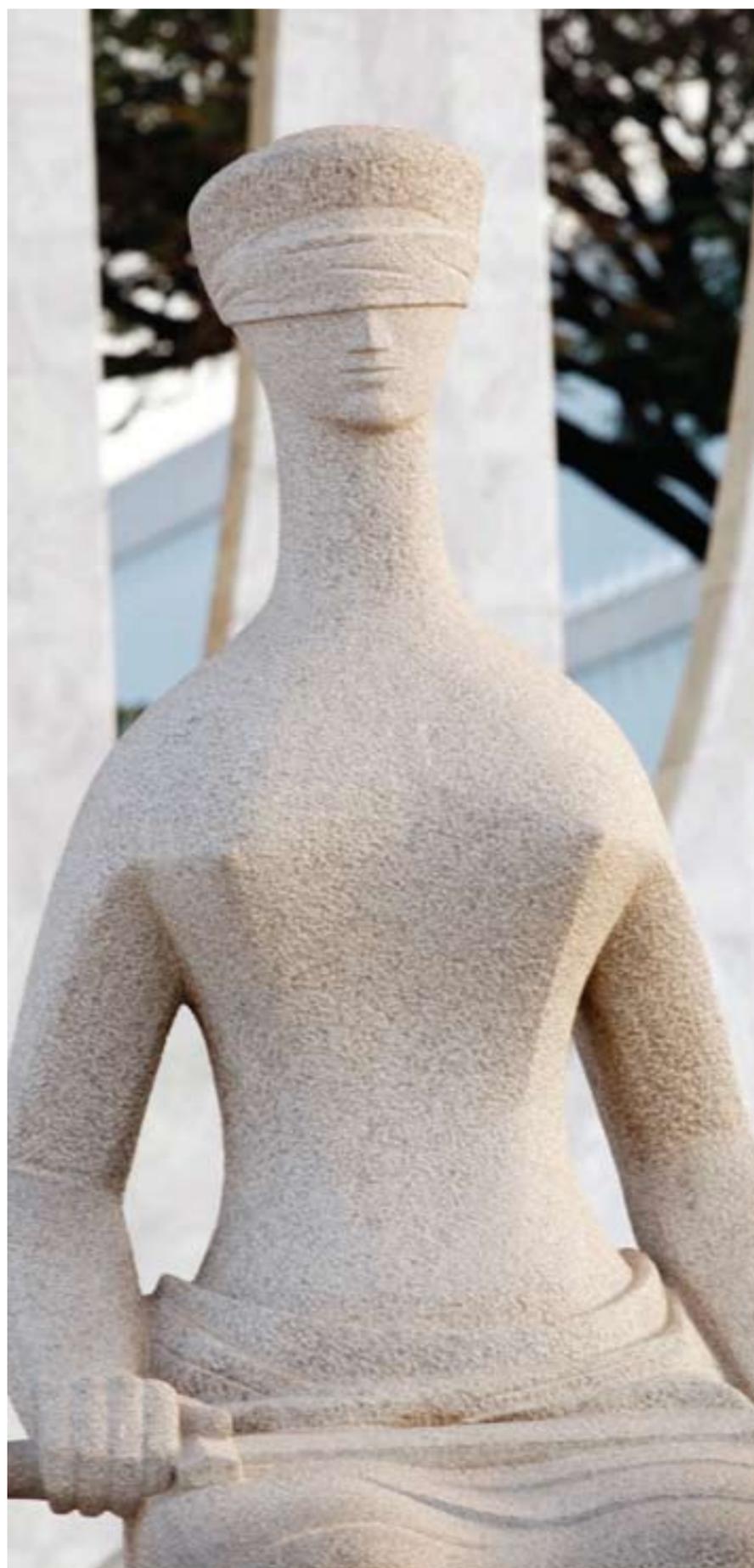
O presidente da Suprema Corte acrescentou que a Constituição brasileira tem ainda “o inextinguível mérito de partir do melhor governo possível para a melhor Administração possível”. Porém, advertiu ele, para se chegar ao melhor governo possível, não basta a legitimidade pela investidura dos políticos eleitos.

Para Ayres Britto, a democracia “nos confere o *status* de país juridicamente civilizado” e mantém com a plena liberdade de informação jornalística “uma relação de unha e carne, de olho e pálpebra, de veias e sangue”, “um vínculo tal de retroalimentação, que romper esse cordão umbilical é matar as duas: a imprensa e a democracia”.

O presidente Ayres Britto afirmou que nossa Constituição é “primeiro-mundista” e, como tal, investiu na ideia de um Poder Judiciário também primeiro-mundista. Ele observou que, se é verdade que os magistrados não governam, o que eles fazem é evitar o desgoverno quando convocados. “É preciso ainda a legitimidade pelo exercício, somente obtida se eles, partindo da vitalização dos explícitos fundamentos da República Federativa, venham a concretizar os objetivos também explicitamente adjetivados nos fundamentos desse mesmo Estado republicano-federativo”, ponderou.

O ministro Ayres Britto caracterizou o Poder Judiciário como aquele “que não pode jamais perder a confiança da coletividade, sob pena de esgarçar o próprio tecido da coesão nacional”. Ele ainda destacou que cabe aos magistrados a missão de guardar a Constituição “por cima de pau e pedra, se necessário”.

Entre os diversos requisitos que, para o presidente do STF, devem ser observados pelos magistrados, está a necessidade de distinguir-se entre normas que fazem o Direito evoluir apenas de forma pontual e aquelas que são “decididamente ambiciosas”. Estas últimas, acredita ele, recaem “sobre a cultura mesma de um povo para qualitativamente transformá-la com muito mais denso teor de radicalidade”, fazendo do Direito “um mecanismo de controle social e ao mesmo tempo um signo de civilização avançada”.





Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

O MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES TRABALHA EM DEFESA DA PAZ E DA DEMOCRACIA, NO CONTEXTO DE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS



Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, afirma que o Brasil está preparado para desempenhar uma posição mais relevante no cenário das decisões internacionais, em um contexto em que a governança global se redefine e que novos atores emergem para tratar de desafios econômicos e políticos na comunidade internacional.

Nascido no Rio de Janeiro e formado pelo Instituto Rio Branco, em 1979, o ministro Antonio Patriota ocupou funções importantes no Itamaraty: foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores e chefe de gabinete de seu antecessor, ministro Celso Amorim. Entre suas posições de destaque, foi também embaixador do Brasil nos Estados Unidos, de 2007 a 2009, e ocupou o comando de missões brasileiras em Genebra (Suíça) e a chefia da representação do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). No governo de Itamar Franco, Patriota foi subchefe da Assessoria Diplomática do presidente. Em 2011, foi indicado pela presidenta Dilma Rousseff para ocupar a pasta do Ministério das Relações Exteriores, cargo que ocupa atualmente.

Dirigindo um dos mais importantes Ministérios, Patriota tem comandado uma política externa caracterizada por estabelecer relações de paz com todos os seus vizinhos, não somente no plano regional, mas em todo o globo. Além disso, o Brasil tem sido reconhecido como um interlocutor cada vez mais ouvido e respeitado no plano internacional. Tal postura tem ajudado o Brasil a emergir, pela primeira vez em sua história, como uma potência internacional. Contudo, o avanço econômico obtido pelo Brasil, associado às conquistas sociais e políticas, contribuíram grandemente para que o país se destacasse no cenário mundial, ao lado de nações consolidadas, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a China. Hoje, o Brasil ocupa o 6º lugar entre as grandes economias, e o Ministério das Relações Exteriores, sob a figura do ilustre ministro Patriota, tem contribuído significativamente para que o Brasil se destaque como um ator de influência mundial.

No entanto, há inúmeros desafios a serem enfrentados. A agenda externa brasileira é crescentemente ampla e complexa. Vivemos um momento em que está emergindo uma nova ordem multipolar, e, para conformá-la, são necessários atores que interajam em todas as esferas da comunidade internacional de modo que as Organizações Internacionais possam fortalecer-se bem como reforçar os mecanismos para lidar com os desafios financeiros, econômicos, comerciais e ambientais, da paz e da segurança.

Dessa forma, a agenda externa brasileira está desenhada para atender a essa necessidade e tem como prioridade sua atuação nos organismos internacionais, o ingresso do país no Conselho de Segurança da ONU e as parcerias e oportunidades do Brasil com a Europa, os Estados Unidos, a China e a América Latina.

A gestão do ministro Patriota tem compreendido o específico momento histórico em que o Brasil se encontra e, por isso, tem desenvolvido uma postura inclusiva e integradora.

Desde o primeiro momento de seu Governo, a Presidenta Dilma Rousseff definiu as prioridades e diretrizes que vêm orientando a política externa brasileira, indicando que a política externa deveria ser – como de fato é – parte do projeto nacional de desenvolvimento. O Brasil de hoje é um país ao mesmo tempo mais próspero e menos injusto. Conciliamos crescimento econômico, progresso social e consciência ambiental.

O Brasil sediará, em junho, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. A Rio+20 será oportunidade para reafirmar que o manejo sustentável dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza são objetivos plenamente compatíveis entre si. O país se distingue por sua vocação pacífica.

O Brasil tem uma presença diplomática que se aproxima do que pode ser a verdadeira universalidade. Mantemos relações diplomáticas com todos os Estados membros das Nações Unidas. Te-

mos hoje 226 postos no exterior, dos quais 8 em processo de instalação. São 138 Embaixadas, 13 Missões junto a organismos internacionais, 3 Escritórios e 72 Repartições Consulares.

A articulação da presença internacional do Brasil envolve, de um lado, o fortalecimento de iniciativas de integração regional e, de outro, uma atuação firme na projeção global do país. A América do Sul tem condições de ser, para o mundo, um exemplo de cooperação e de boa vizinhança.

O contínuo avanço no MERCOSUL como bloco de integração e dinamismo econômico, a entrada em vigor do Tratado Constitutivo da UNASUL, ratificado pelo Brasil em 2011, e a criação da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) nos dão um quadro institucional que poderá responder às demandas por cooperação em diferentes geometrias, com uma boa divisão de trabalho entre as diversas instâncias.

O desafio, agora, será o de extrair o máximo de resultados das novas estruturas, o que será importante em uma conjuntura internacional que vem sendo favorável à América Latina e ao Caribe, tanto na economia como na política. O Brasil mantém relações de forma crescentemente intensa com todos os polos da configuração multipolar em gestação, tanto os polos “consolidados” (EUA, Europa e Japão) como os “novos” polos (BRICS).

A reconfiguração do poder mundial, que evoluiu para uma geometria crescentemente multipolar, coloca em questão a legitimidade de instituições criadas em outros contextos. O tema da governança global adquire, assim, especial relevância e atualidade. Não há dúvida de que o G-20 é mais representativo do mundo contemporâneo do que o G-8 e, como tal, se consolida como instância necessária, cuja legitimidade se vê respaldada precisamente pelo maior peso relativo dos países emergentes. Em outras áreas, persistem anacronismos, como na composição do Conselho de Segurança da ONU.





FOTO: JOÃO ROSA



Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministra de Estado da Cultura do Brasil

O MINISTÉRIO DA CULTURA LIDERA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA CRIATIVA BRASILEIRA



Ministra de Estado da Cultura Ana Maria Buarque de Hollanda criou, no ano passado, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), que vem desenvolvendo uma série de programas com vistas a posicio-

nar a cultura como eixo de desenvolvimento do país. Como primeira ação do Ministério na área, foi lançado o Plano da nova Secretaria para o período entre 2011 e 2014, que define políticas, diretrizes e ações do governo Dilma Rousseff para a economia criativa brasileira. A mais recente iniciativa – prevista no plano – é a criação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (Obec), em 1º de junho.

O Observatório objetiva produzir, reunir e difundir informações sobre os setores criativos, tornando-se o *locus* de convergência dos observatórios estaduais que, neste ano, serão implantados em 14 unidades da Federação, priorizando-se os Estados que serão sede da Copa do Mundo em 2014. Em um único local (portal) poderão ser acessados dados sobre os diversos setores criativos, além de outras informações relativas ao campo criativo brasileiro. Para isso, o MinC está firmando parcerias com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com as universidades públicas brasileiras para a produção de pesquisas e publicações. O Obec produzirá, por meio de duas linhas editoriais, Documenta e Pensamento, publicações dirigidas à área da economia criativa e será, ainda, responsável pela condução da criação da Conta-Satélite da Cultura, que produzirá informações sobre o valor agregado dos setores criativos ao produto interno bruto dos serviços, indústria e comércio brasileiros.

“Estamos dando os primeiros passos para a institucionalização e o fomento da economia criativa brasileira. Temos de avançar com a

formulação e aprimoramento de políticas públicas que estimulem os negócios criativos, inclusive com a garantia de marcos legais para a área”, disse a ministra.

A secretária da Economia Criativa, Cláudia Leitão, lembra que o planejamento da SEC apontou para a necessidade de formulação de políticas públicas que possam enfrentar desafios que hoje impedem o desenvolvimento da economia criativa brasileira: a ausência de informações e dados da economia criativa, o fomento insatisfatório aos empreendimentos criativos, a formação ainda incipiente para as competências criativas, a pouca e concentrada infraestrutura para a produção/circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos, além da pouca institucionalidade de marcos legais para os setores criativos.

O primeiro produto implementado pelo MinC, para atender a esses desafios é a criação do “Criativa Birô”, um equipamento público, fruto de convênio entre o governo federal e os governos estaduais, destinado ao atendimento e ao suporte técnico aos profissionais e empreendimentos criativos, oferecendo linhas de crédito, informações e serviços de consultoria e assessoria técnica e jurídica, cursos de capacitação, entre outros. No ano passado, o Ministério conviniu com cinco estados os primeiros “Criativas Birôs”: Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Para 2012, mais nove Estados serão conveniados e, em 2013, as últimas 13 unidades da Federação, para que, em 2014, todos os “Criativas” estejam em pleno funcionamento em todo o país.

Também nesta gestão foi lançado o Prêmio Economia Criativa, com o Edital de Apoio à Pesquisa em Economia Criativa e o Edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras, que vão conceder R\$ 4 milhões em prêmios tanto para pesquisas e estudos da área quanto para novos modelos de negócios e pro-

postas pedagógicas de formação na área criativa. Parte desse conteúdo já está também no Obec. Os premiados terão seu nome divulgado em setembro deste ano.

Ainda este semestre, o MinC promoverá três eventos importantes para a implantação das políticas públicas na área da economia criativa: o Seminário Diálogos Setoriais União Europeia–Brasil sobre Economia Criativa, durante a Rio+20; o Seminário sobre Marcos Legais para os Setores Criativos Brasileiros, no Congresso Nacional; e o primeiro Fórum Permanente da Economia Criativa Brasileira para o Desenvolvimento, em São Paulo. O Diálogos Setoriais União Europeia–Brasil sobre Economia Criativa ocorrerá na capital fluminense, para discutir as conexões entre a economia criativa e a economia verde.

Outra importante ação do MinC é formular políticas que contribuam para a promoção de novos modelos de negócios e para o fomento dos setores criativos brasileiros. Por conta disso, o Ministério promoverá, em julho deste ano, o II Encontro Internacional de Cultura de Rede, que discutirá políticas para a gestão de redes e coletivos, além de modelos de financiamento, como o chamado *crowdfunding*.

Na construção dessas políticas para a economia criativa, o MinC pretende, ainda, instituir “Criativas Polos” –, espaços territoriais onde são desenvolvidas e fomentadas ações para os segmentos criativos. A primeira tratativa está sendo construída com o município de São Francisco do Conde (BA), onde será institucionalizado um polo de cultura digital. A ministra lembra que “as ações de economia criativa estão apenas começando. Com todos os projetos em andamento, o MinC estará, de fato, contribuindo para uma mudança expressiva no desenvolvimento do país, qualificando, por meio da cultura, as políticas, os programas e as ações do governo federal”.



Di Cavalcanti



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

IDELB DEFENDE E ESTIMULA A LIBERDADE DE IMPRENSA COM RESPONSABILIDADE PARA ASSEGURAR O PLENO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA



Dr. Josué dos Santos Ferreira é Editor-Chefe e Jornalista Responsável inscrito na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo – (DRT 36.203/SP) do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* – Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB e Membro da Associação Brasileira de Jornalistas - (ABJ Nº 1.076).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB defende a adoção e estimula a aplicação dos princípios expressos na Declaração de Chapultepec, assinada por chefes de Estado durante a Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão, realizada na Cidade do México, em 11 de março de 1994. Tais princípios são a base de sociedades que reconhecem na imprensa livre um dos fundamentos essenciais da democracia.

Uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação. Porque temos consciência dessa realidade e a sentimos com profunda convicção, firmemente comprometidos com a liberdade, subscrevemos esta declaração com os seguintes princípios:

I – Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício dessa não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo.

II – Toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar esses direitos.

III – As autoridades devem estar legalmente obrigadas a pôr à disposição dos cidadãos, de forma oportuna e equitativa, a informação gerada pelo setor público. Nenhum jornalista poderá ser compelido a revelar suas fontes de informação.

IV – O assassinato, o terrorismo, o sequestro, as pressões, a intimidação, a prisão injusta dos jornalistas, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e impunidade dos agressores, afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Esses atos devem ser investigados com presteza e punidos severamente.

V – A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa.

VI – Os meios de comunicação e os jornalistas não devem ser objeto de discriminações ou favores em função do que escrevam ou digam.

VII – As políticas tarifárias e cambiais, as licenças de importação de papel ou equipamento jornalístico, a concessão de frequências de rádio e televisão e a veiculação ou supressão da publicidade estatal não devem ser utilizadas para premiar ou castigar os meios de comunicação ou os jornalistas.

VIII – A incorporação de jornalistas a associações profissionais ou sindicais e a filiação de meios de comunicação a câmaras empresariais devem ser estritamente voluntárias.

IX – A credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e equidade e à clara diferenciação entre as mensagens jornalísticas e

as comerciais. A conquista desses fins e a observância desses valores éticos e profissionais não devem ser impostos. São responsabilidades exclusivas dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em uma sociedade livre, a opinião pública premia ou castiga.

X – Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público.

A **Declaração de Chapultepec** é um dos mais importantes documentos que trata sobre liberdade de imprensa e expressão nas três Américas.

Um dos documentos mais importantes sobre liberdade de imprensa e expressão nas Américas, a **Declaração de Chapultepec** é uma conquista memorável da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Com a bandeira de uma imprensa livre no hemisfério, o texto foi redigido em março de 1994, no México, também durante uma conferência da SIP. Desde que foi adotado pela entidade, tem sido assinado e aprovado por chefes de Estado americanos, entidades profissionais de meios de comunicação, jornalistas, líderes civis e políticos, além de organizações internacionais, como a Unesco.

Com os seus 10 tópicos de expressão plena, a **Declaração de Chapultepec** baseia-se no conceito de que nenhuma lei ou ato de governo pode limitar a liberdade de expressão ou de imprensa, em qualquer meio. No prefácio, o documento faz uma análise da situação do mundo atual, onde a América pode olhar seu futuro alicerçado na democracia, já que a abertura política ganhou espaço e os cidadãos estão mais conscientes de seus direitos. Porém, alerta para a crise das instituições, as desigualdades, o atraso, as frustrações transformadas em intransigências e as pressões setoriais. Todos, obstáculo e perigo constantes.

No documento, democracia e liberdade formam binômio indissolúvel e “só germinarão com força e estabilidade se enraizadas nos homens e mulheres de nosso continente”. Com heranças diversas e pontos de vista diferentes – os signatários da declaração representam a pluralidade da cultura americana, mas se unificam no elemento motor e ponto de partida dos direitos básicos do ser humano, a liberdade de expressão. O texto diz ainda que somente por meio da livre expressão e circulação das ideias, da busca e difusão da informação, da possibilidade de indagar e questionar, expor e reagir, dialogar e confrontar, publicar e transmitir, é possível manter uma sociedade livre.

Imprensa livre é sinônimo de expressão livre. Na **Declaração de Chapultepec**, nenhuma dúvida. Sem meios de comunicação independentes, sem garantias para seu funcionamento livre, sem autonomia na tomada de decisão e sem segurança para seu pleno exercício, não será possível a prática da liberdade de expressão. Na reflexão feita pelo documento, muitos homens e mulheres no mundo estão unidos em torno da defesa da liberdade. “No entanto, ainda existem países com governos despóticos, que renegam todas as liberdades, especialmente as que se relacionam com expressão”.

O texto expõe ainda políticos que denunciam sua fé na democracia, mas são intolerantes diante de críticas públicas; setores sociais que atribuem à imprensa culpas inexistentes; juízes mal esclarecidos que exigem o nome de fontes que devem permanecer sigilosas; servidores autoritários que negam o acesso a informações públicas. Por último, países democráticos que, em sua Constituição, mantêm restrições à imprensa.

sa. “A luta pela liberdade de expressão e de imprensa não só é baluarte e antídoto contra todo o abuso de autoridade: é alento cívico da sociedade. Defendê-la dia a dia é honrar a nossa história e dominar o nosso destino.”

No Brasil, o art. 220 da Constituição Federal contempla e garante a liberdade de imprensa. Subscrevemos este célebre artigo constitucional com os seguintes parágrafos:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

A liberdade de imprensa e a democracia são pilares fundamentais para assegurar o contínuo processo democrático e o desenvolvimento do Estado de Direito, em uma sociedade livre, para se evoluir com responsabilidade e justiça social.

Declaração de Chapultepec





Dr. John P. Holdren

Diretor do Escritório da Casa Branca de Política de Ciência e Tecnologia

BRASIL E ESTADOS UNIDOS AMPLIAM PARCERIA ESTRATÉGICA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Dr. John P. Holdren é assessor do presidente dos EUA para a Ciência e Tecnologia, Diretor do Escritório da Casa Branca de Política de Ciência e Tecnologia e co-presidente do Conselho Presidencial de Assessores de Ciência e Tecnologia (PCAST). A principal autoridade em Ciência e Tecnologia do governo do Presidente dos EUA, Barack Obama, lançou as bases para ampliar uma parceria em intercâmbio científico com o Brasil, na Reunião da Comissão Conjunta Brasil-EUA sobre Cooperação Científica e Tecnológica. O presidente Obama e a presidente do Brasil estabeleceram bases para a assinatura dos acordos bilaterais, especialmente nessa área, quando da visita de Dilma Rousseff a Washington-DC em abril deste ano.

Holdren disse em Brasília que a ampliação de cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e os Estados Unidos da América envolverá uma profícua parceria na colaboração espacial com uso de satélites para captar imagens e dados sobre o que está ocorrendo na Terra. “Estamos propondo novas iniciativas em observação da Terra e também em monitoramento de tempestades de chuva, o que é importante para o entendimento do ciclo hidrológico”. O ciclo hidrológico é o movimento da água sobre, acima e abaixo da superfície terrestre. O ciclo tem forte relação com as mudanças climáticas.

O Brasil, com a maior floresta tropical do mundo, tem um papel importante a desempenhar na abordagem das mudanças climáticas. Tanto Estados Unidos quanto Brasil enfrentam desastres naturais, como tempestades torrenciais e secas. “Essas questões são importantes para o Brasil e para os Estados Unidos”, afirmou Holdren.

O chefe da agência espacial americana, Charles Bolden, visitou o Brasil em 2011. “Estamos convencidos de que há boas possibilidades de ampliar o que estamos fazendo com o Brasil na área espacial”, explicou.

A parceria ampliada em Ciência e Tecnologia também inclui agricultura sustentável e biocombustíveis avançados, área em que o Brasil é líder mundial em inovação, informou Holdren. “Gostaríamos de aprender com o Brasil e compartilhar várias coisas que estamos fazendo juntos.”

Intercâmbios acadêmicos representam grande parte da parceria ampliada. O Brasil planeja enviar 101 mil alunos de pós-graduação e pesquisadores para estudar no exterior nos próximos quatro anos por meio do programa *Ciência sem Fronteiras*. Vinte mil deles irão aos Estados Unidos, disse o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro, Marco Antonio Raupp, à agência de

notícias brasileira. O governo brasileiro financiará 75 mil desses estudantes, e empresas brasileiras financiarão 26 mil.

“A internacionalização do conhecimento vale absolutamente a pena”, afirmou Raupp. “O Brasil será amplamente recompensado por esses programas de intercâmbio.” Segundo Raupp, o governo brasileiro está criando infraestrutura científica — laboratórios, pessoal científico altamente capacitado, instalações de pesquisa — para incentivar cientistas brasileiros a retornar ao Brasil após a conclusão de seus estudos no exterior.

Repetindo as palavras do Ministro Raupp, Holdren disse que nenhum país tem monopólio da ciência e tecnologia e que os Estados Unidos apoiam a “internacionalização do ensino superior”. No Chile, em março de 2011, o presidente Obama anunciou um programa denominado *100 Mil Unidos pelas Américas*, que tem as mesmas metas da iniciativa brasileira *Ciência sem Fronteiras*.

“Os Estados Unidos trabalharão com parceiros nesta região, inclusive com o setor privado, para aumentar para 100 mil o número de alunos americanos estudando na América Latina e o número de alunos latino-americanos estudando nos Estados Unidos igualmente para 100 mil”, afirmou o Presidente Obama, no ano passado.





De brasileiro para brasileiro!



A Seta Atacadista é uma empresa genuinamente nacional com foco na distribuição de produtos básicos alimentícios para as classes menos abastecidas. Além de viabilizarmos o acesso prático e fácil à nossa linha de produtos, geramos emprego nas comunidades em que atuamos e somos solidários às diversas causas regionais, pois entendemos a responsabilidade de nossa função social e acreditamos que o desenvolvimento do país é também fruto do nosso trabalho e dedicação diária.

SETA
ATACADISTA



FOTO: CARLOS SILVA



Senador Flexa Ribeiro

Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino Americano – Parlatino

PARLATINO: LEGISLATIVOS DAS AMÉRICAS FORTALECEM COOPERAÇÃO



Senador Fernando de Souza Flexa Ribeiro, nascido em Belém (PA), em 12 de setembro de 1945, é Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano – Parlatino.

Fundado em 1964, o Parlamento Latino-Americano, Parlatino, é uma instituição democrática de caráter permanente, representativa de todas as tendências políticas existentes nos corpos legislativos dos países membros e está encarregado de promover, harmonizar e canalizar o movimento em direção à integração entre os países.

Atualmente, o Grupo Brasileiro do Parlatino é presidido pelo Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, e conta com quinze senadores e quarenta deputados federais. Tem como princípios a defesa da democracia; a integração latino-americana; a não-intervenção; a autodeterminação dos povos; a pluralidade política e ideológica como base de uma comunidade latino-americana democraticamente organizada; a igualdade jurídica dos Estados; a reprovação à ameaça e ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial de qualquer Estado; a solução pacífica, justa e negociada das controvérsias internacionais; e a preponderância dos princípios do Direito Internacional referentes às relações de amizade e a cooperação entre os Estados.

De acordo com o presidente do Grupo Brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, uma das principais metas do Parlatino é estimular o desenvolvimento econômico e social da comunidade latino-americana e realizar a constante troca de experiências, garantindo mecanismos para a plena integração econômica, política, social e cultural de seus povos, por meio dos parlamentos de cada país membro.

O presidente do Parlatino, Deputado Elias Castillo, do Panamá, explica que a integração entre os membros é realizada através das reuniões da Junta Diretiva, além das sessões das Comissões Permanentes que integram o órgão especializado do Parlamento Latino-Americano, com funções de análise, estudo e pesquisa sobre temas políticos, sociais, econômicos, culturais, jurídicos, trabalhistas, de direitos fundamentais, saúde, ambientais, agropecuários, serviços públicos, corrupção e assuntos relativos à mulher, infância, juventude, terceira idade, etnias e todos aqueles temas que interessam à América Latina.

Com sede no Panamá, o Parlatino realiza essas reuniões em esquema de rodízio entre os países membros. Em 2011, por exemplo, o Rio de Janeiro recebeu cerca de 80 parlamentares representantes de 13 países membros do Parlatino. Durante dois dias, foram realizados diversos debates na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Entre os temas debatidos, os parlamentares abordaram questões como Meio Ambiente e Turismo; Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado e de Serviços Públicos, Defesa do Usuário e do Consumidor.

“Para que nossa economia seja forte e garanta os avanços sociais que tanto buscamos, devemos trocar experiências para alcançarmos juntos o desenvolvimento sustentável, plantando no solo fértil de riquezas naturais e culturais da América Latina as sementes do progresso econômico e social consolidado e efetivo”, destaca o Senador Flexa Ribeiro. Para ele, o fortalecimento do Parlatino resulta em grandes ganhos para os legislativos nacionais de todos países membros. “Conhecemos boas práticas legislativas e são trabalhados temas que servirão de base para projetos de lei compartilhados entre os países nas mais diversas áreas. A relação de cooperação e amizade entre os povos latino-americanos foi a base para a criação do Parlatino, há quase cinquenta anos. E essa troca de experiência mútua é extremamente positiva para os debates nos legislativos que trazem avanços significativos para a sociedade em geral”, analisa o Senador Flexa Ribeiro.

Os parlamentares brasileiros interessados em integrar o Grupo Brasileiro do Parlatino podem fazer a adesão à instituição. “Estamos abertos para receber mais parlamentares e fortalecer o nosso grupo brasileiro, ampliando os diálogos e a representatividade no Parlatino. Nosso grupo atual é plural e representa de forma fiel a democracia plena que estamos vivendo, com respeito às diferenças partidárias e ideológicas. Afinal, todos desejamos o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento do Brasil e das Américas. O Parlatino é o fórum ideal para esse tipo de discussão”, destaca o Senador Flexa Ribeiro.





Deputado Federal Aureo Lídio Moreira Ribeiro

Titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados do Brasil

FRENTE PARLAMENTAR DAS TELECOMUNICAÇÕES É LANÇADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM DEFESA DO CONSUMIDOR



O jovem Líder do PRTB na Câmara dos Deputados, Deputado Aureo, vem utilizando seu mandato tendo como um dos principais focos a Comissão de Defesa do Consumidor.

Especialista em telefonia móvel, o Deputado Aureo tem utilizado seu conhecimento para tentar mudar a triste realidade do consumidor brasileiro.

Nos últimos quinze anos, o progresso empreendido no setor de telecomunicações, ao mesmo tempo em que contribuiu para a aplicação da oferta dos serviços no país, se constitui em um dos principais sustentáculos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil no período.

Não obstante os inegáveis benefícios proporcionados pela expansão do segmento, o exame do gigantesco número de queixas apresentadas pelos usuários contra as operadoras demonstra que a relação de consumo ainda tem muito a evoluir.

“As empresas de telefonia são as campeões em reclamações em todos os órgãos de defesa do consumidor. Faltam investimentos para uma rede de atendimento eficiente. A tecnologia da comunicação está cada vez mais rápida, mas os problemas dos consumidores aumentam a cada dia na mesma proporção”, afirma o deputado.

Autor de inúmeros Projetos de Lei sobre essa matéria e designado relator de tantas outras, o Deputado Aureo também instalou a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Telecomunicações.

Composta de cerca de 200 parlamentares entre Senadores e Deputados, a Frente Parlamentar tem como objetivo promover o desenvolvimento das telecomunicações, de modo que se adote uma moderna e eficiente infraestrutura, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos para o consumidor.

Como presidente da Frente, o Deputado Aureo também quer aprimorar a legislação federal, principalmente sobre a questão da instalação de antenas de cobertura de telefonia móvel em todo o país e fiscalizar e acompanhar a aplicação de infrações dos direitos dos usuários.

Aureo informa que a telefonia é a primeira matéria a ser tratada pela Frente Parlamentar, mas os serviços de internet e de televisão a cabo também serão objeto de discussão, acompanhamento e fiscalização.

O Projeto de Lei Nº 1.256, de 2011, de autoria do Deputado Aureo, dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de serviço de telefonia fixa e móvel manter postos de serviços presenciais nas localidades abrangidas por sua área de concessão.

O Deputado Aureo aprovou na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática um substitutivo ao Projeto de Lei Nº 190/2011, de autoria do Deputado Welinton Prado (PT/MG) obrigando a prestadora do serviço de banda larga a manter sistema de informações em seu sítio na internet que permita a consulta, por qualquer interessado, sobre a possibilidade de instalação do serviço em endereço localizado em sua área de prestação.

O Deputado Aureo também aprovou Requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor criando a Subcomissão Especial para Acompanhamento de Serviços de Telecomunicações e foi designado pelo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edmar Arruda (PSC/PR), como membro da Subcomissão instalada para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia móvel no Brasil.

O objetivo da instalação das subcomissões é realizar estudos para o aumento da qualidade de serviço da telefonia celular prestado pelas operadoras autorizadas e auxiliar na regulamentação em torno dos procedimentos necessários para a instalação de antenas, levando em conta a segurança e a saúde da população.





Deputado Estadual Donisete Braga

Coordenador da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas da ALESP

FRENTE PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO TRABALHA EM CONJUNTO COM A SOCIEDADE CIVIL NO ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS



Deputado Estadual Donisete Braga, nascido em Flora Rica, região da Alta Paulista, é o atual líder da Minoria na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No início de 2011, preocupados com a proliferação do uso de drogas, especialmente o avanço do crack nas cidades paulistas, 28 deputados estaduais se uniram e criaram a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Desde então, sob coordenação do Deputado Donisete Braga, o Poder Público e a Sociedade estão caminhando juntos, visando a impulsionar a adoção de políticas públicas de prevenção, tratamento e reinserção social dos dependentes químicos, além do maior combate aos traficantes de drogas. E não apenas isso, mas com o objetivo maior de construir uma Política Estadual sobre Drogas para o maior Estado da Federação brasileira.

Uma das primeiras tarefas desta Frente, ainda em 2011, foi ouvir os prefeitos e prefeitas sobre esse problema. Das 645 cidades, 325, onde moram quase 80% da população, responderam um questionário com dez perguntas enviado pela Frente Parlamentar. O resultado, apresentado em audiência pública, em 21 de setembro passado, mostrou um quadro extremamente preocupante.

O crack já se mostrava como epidemia, aparecendo em todos os municípios, sem exceção. Dos 325 municípios, apenas 12% recebiam alguma ajuda financeira do governo federal para programas antidrogas; outros 5% estavam recebendo do governo estadual.

No entanto, a pesquisa encontrou 37% dos municípios – a maioria com população entre 50 mil e 100 mil habitantes – ajudando financeiramente comunidades terapêuticas que tratam dependentes químicos. Segundo a Organização das Nações Unidas, mais de 80% dos dependentes químicos tratados nessas organizações conseguem livrar-se das drogas.

Constatou-se que 79% dos municípios não dispunham de leitos públicos para tratar os dependentes químicos, a maioria na faixa etária entre 16 e 35 anos de idade. Os hospitais públicos do Estado, à época, disponibilizavam apenas 416 leitos para dependentes químicos. Os dados do levantamento não deixavam dúvidas. Os municípios paulistas estavam desamparados, clamando recursos públicos, recursos humanos, equipamentos e leitos nos hospitais públicos para enfrentar o avanço do crack.

Esse quadro foi amplamente debatido, em especial com os órgãos do Executivo paulista. A Frente Parlamentar propôs emendas ao orçamento do Estado para aumentar os investimentos com a finalidade

de ampliar a oferta de tratamentos de saúde aos dependentes e de programas de prevenção, em especial nas escolas da rede pública.

Posteriormente, a convite da Frente Parlamentar, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa, onde anunciou recursos da ordem de R\$ 560 milhões para o Estado de São Paulo investir no combate às drogas, por meio do programa *Crack, é possível vencer*, no período de 2012-2014.

Assim, o Estado de São Paulo ganhará 1.073 novos leitos hospitalares, sendo 413 deles em enfermarias qualificadas em álcool e drogas. Serão implantados 75 novos consultórios de rua, totalizando 93 no Estado, podendo chegar a 310, se necessário.

São Paulo também terá 13 novos Centros de Apoio Psicossocial (Caps AD). Esses equipamentos oferecem tratamento continuado a pessoas – e seus familiares – com problemas relacionados ao uso abusivo e/ou dependência de álcool, crack e outras drogas. Nos últimos nove anos, a média mensal de atendimentos dos CAPS cresceu dez vezes, passando de 25 mil em 2003 para 250 mil em 2011.

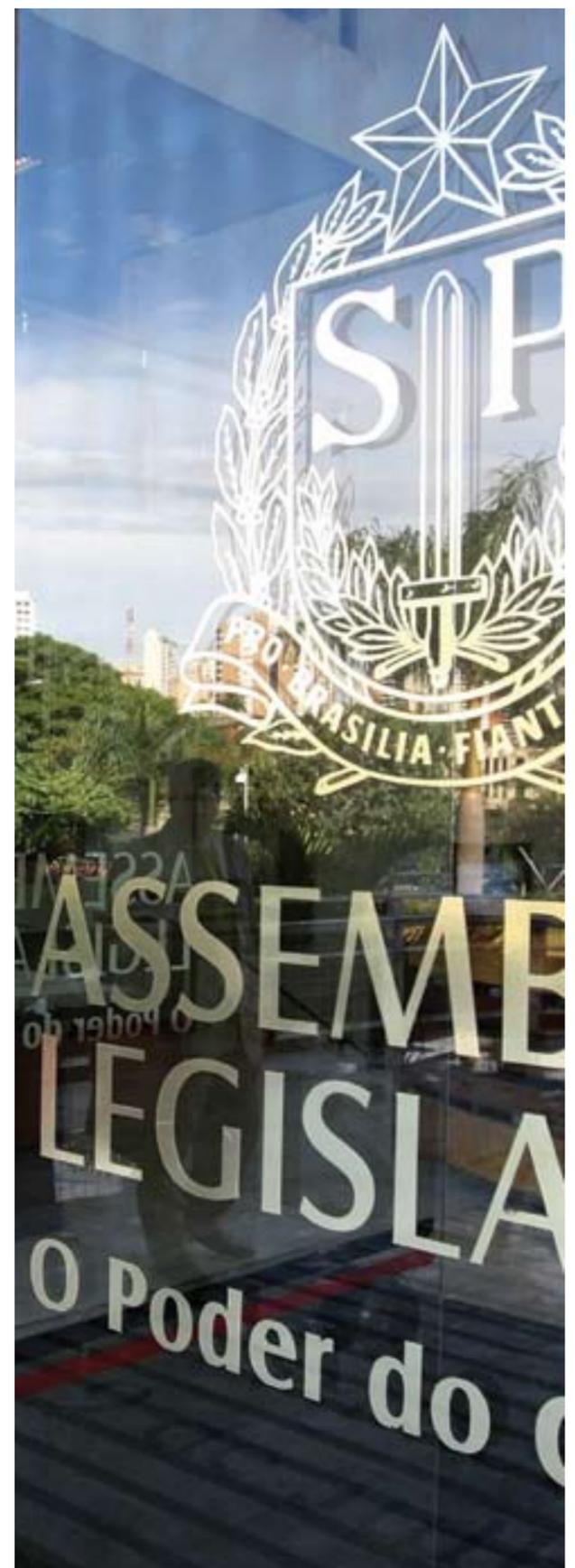
O plano federal também prevê Unidades de Acolhimento para o Estado de São Paulo, sendo 124 para adultos e outras 49 infantojuvenis. Esses equipamentos abrigarão os dependentes químicos por até seis meses para estabilização clínica e controle da abstinência. Por outro lado, a Frente Parlamentar comemorou a valorização das comunidades terapêuticas, que passaram a receber do governo federal R\$ 1.000 para acolher e tratar uma pessoa com dependência química.

O governo federal também investirá este ano R\$ 6,4 milhões na cidade de São Paulo, que ainda convive com uma grande “cracolândia” em sua área central e pequenas “cracolândias” nos bairros. A cidade ganhará dez Unidades de Acolhimento Transitório com até 150 leitos.

A Frente também recebeu do Executivo paulista a informação de que até o fim deste ano, 145 novos leitos públicos para tratamento de dependentes químicos serão disponibilizados à população. Outros 719 leitos virão até 2014. Serão R\$ 250 milhões até o fim da atual administração na área da saúde.

Além disso, Centros de Referência para Tratamento de Drogadependência, reivindicados pela Frente, deverão ser implantados nas regiões de Ribeirão Preto, Botucatu, São Paulo, São João da Boa Vista, Alto Tietê e Baixada Santista.

A Frente Parlamentar, de parceria com a sociedade, vai acompanhar e fiscalizar a execução desses programas, além de cobrar e sugerir novas medidas, já que se trata de um desafio social, e a responsabilidade é de todos. A Frente Parlamentar também está fazendo um novo levantamento sobre a situação do crack nos municípios paulistas.





VOCÊ FEZ POR MERECEER.



Arte Inglesa

Shopping Casapark – Brasília – DF

www.arteinglesa.com.br

Tel. (61)3363-3647

contatos@arteinglesa.com.br



FOTO: EUGÊNIO NOVAES / OAB



Dr. Ophir Cavalcante Junior

Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

O PAPEL DA ORDEM NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

*H*á oitenta e dois anos, quando recebeu a incumbência do ministro Oswaldo Aranha para preparar um decreto de reforma do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o desembargador André Faria de Pereira viu ali a oportunidade para resgatar uma antiga aspiração da advocacia nacional, introduzindo o famoso artigo 17, que criava formalmente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O tempo e o ambiente não eram de todo favoráveis: o calendário assinalava a data de 18 de novembro de 1930, e o país estava sob um regime autoritário, centralizador, nem um pouco inclinado ao diálogo. Nem sequer existia o termo “sociedade civil organizada” num país de costumes ainda predominantemente agrários. Mas a urbanização estava em marcha acelerada, e a demanda de uma nova sociedade exigia um modelo de associação como a OAB.

Natural que os primeiros passos tenham sido hesitantes, pois a instituição hibernara por mais de oitenta anos nos arquivos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), do ardoroso, lendário e profundamente nacionalista Francisco Jê Acayaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha (1794-1870), que trocara o nome de batismo (Francisco Gomes Brandão) para homenagear os elementos linguísticos que formavam, então, a nação brasileira (português, tupi e africano), finalizando com o do indômito imperador asteca.

O regulamento da profissão se daria pelo Decreto Nº 20.784, de dezembro de 1931, consolidado pelo Decreto Nº 22.478, de fevereiro de 1933, fruto de intensos debates nos meios jurídicos. Não é de estranhar que o regulamento inicial tenha sido modificado por diversas vezes, até surgir, em 27 de abril de 1963, a Lei Nº 4.215, o Estatuto da Ordem, que vigorou por trinta e um anos, até ser substituído pela Lei Nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – o Estatuto da Advocacia e da OAB.

À luz das transformações socioeconômicas e políticas de 1930 até 1994 e, sobretudo, considerando o papel que a Constituição Federal de 1988 passou a outorgar à advocacia (essencial à administração da Justiça, com possibilidade de a OAB, como legitimada universal, fazer o controle abstrato de constitucionalidade das leis), pode-se afirmar com segurança que o atual Estatuto constitui um marco.

Efetivamente, nos dias atuais, ele continua fiel à concepção da advocacia como uma profissão liberal pura, mas se ajusta aos novos tempos dos quais surgiu o advogado dependente de relação de emprego ou de trabalho — tem sido comum empregar-se o termo “proletarização” da advocacia, como consequência direta do elevado número de faculdades de Direito e de profissionais em disputa no mercado de trabalho, embora, como conceito, não seja inteiramente absorvido. Ao lado disso, passou a cuidar de outro segmento importante, que é a advocacia pública, conferindo-lhe *status* de advocacia de Estado para protegê-la das limitações normalmente impostas pelos governantes de plantão, ávidos a usar o Estado para benefício próprio.

Para além da atualização da lei às novas realidades, tivemos, igualmente, a preocupação de manter o conceito de que a advocacia não é atividade comercial, devendo o advogado pautar sua atuação de forma que dignifique a profissão, sempre fundamentada em rígidos preceitos éticos, de modo que confira necessária credibilidade e respeitabilidade da atividade profissional, o que foi feito pela atualização do Código de Ética e Disciplina.

O fato é que, tanto no passado como nos dias atuais, a advocacia exerce uma atração social muito forte, assim como as demais carreiras jurídicas, principalmente pela perspectiva de ascensão no trabalho. No serviço público, a carreira jurídica é a mais bem remunerada e, mesmo como atividade autônoma, ainda permite uma sobrevivência digna. Se, por um lado, isto representa mais advogados à disposição da sociedade, por outro, exige um profissional qualificado e eticamente preparado.

O mérito do Estatuto está em contemplar todas essas situações, sem, porém, retirar-lhes a independência e autonomia, a obediência de suas prerrogativas e dos princípios éticos, fundamentos essenciais do exercício profissional. Mais importante: em dar efetividade ao artigo 133 da Constituição Federal, segundo o qual “o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Essa diretiva constitucional, a rigor, transformou o advogado em profissional da cidadania e da Justiça, defensor da sociedade, da liberdade e do Estado de Direito democrático. Por isso a permanente preocupação da Ordem com a defesa das prerrogativas profissionais, sem as quais o advogado tornar-se-ia presa fácil nas mãos de autoridades arbitrárias, comprometendo a própria defesa de seu constituinte.

O Estatuto, por sua vez, vai além de uma instituição circunscrita aos preceitos corporativos: com ele, a Ordem dos Advogados assumiu definitivamente seu caráter independente, capaz de reunir as condições necessárias não apenas para defender o primado do Direito, como também lutar em defesa das necessidades sociais. Na medida em que luta por essas questões, a OAB firma-se como resultado de uma obra coletiva, o amálgama do exercício da advocacia com a cidadania, condição fundamental para a consolidação de uma sociedade justa.





A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 68 DA LEI Nº 11.343/2006 É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA ESTIMULAR A PREVENÇÃO, A REABILITAÇÃO E A REINserÇÃO SOCIAL DO DEPENDENTE DE DROGAS

Nos últimos anos, toda a sociedade brasileira vem se preocupando com uma situação de grande gravidade: o consumo de drogas por crianças, jovens, adultos e idosos.

O álcool é a porta de entrada para o mundo das drogas e contribui significativamente para o aumento da violência no Brasil e no mundo.

Entre casais, o álcool é responsável por mais de 45% dos casos de violência. Aproximadamente 40 mil mortes ocorrem no trânsito todos os anos no Brasil, e grande parte dessas mortes é devida ao consumo exagerado de álcool.

A chamada “lei seca” que alterou para zero a concentração de álcool permitida para dirigir, infelizmente não teve muito efeito, pois ainda convivemos com 25% dos motoristas alcoolizados dirigindo nos fins de semana.

É importante destacar que nenhum outro país desenvolvido ou em desenvolvimento apresenta números como os brasileiros, tendo em vista que pessoas dirigindo embriagadas é algo comum por aqui.

Já entre os adolescentes, o álcool é a principal droga de abuso, tendo 1 em cada 7 adolescentes situações regulares de excesso de consumo. O consumo exagerado dos adolescentes brasileiros ocorre nos fins de semana, expondo-os a uma série de risco, tais como acidentes, gravidez não planejada e risco de consumir outras drogas ilícitas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbe a venda de bebidas para esse grupo, infelizmente não é respeitado pela maioria dos estabelecimentos e, como essa lei não é fiscalizada, o álcool está se tornando a principal droga de entrada para um grupo substancial de jovens.

A segunda etapa da dependência química geralmente passa pelo uso da maconha, que é a principal droga ilícita utilizada no Brasil, de modo que aproximadamente 15% dos adolescentes fazem uso regular dessa droga. Apesar do aumento no consumo, fruto de uma percepção cada vez maior de que a maconha é uma droga sem nenhum problema para a saúde, as pesquisas científicas comprovam cada vez mais uma série de problemas, como perda do rendimento acadêmico, acidentes de carro e aumento de doenças psiquiátricas, como, por exemplo, a psicose e a depressão.

A maioria dos países está tentando buscar alternativas para frear o uso da maconha, mas infelizmente o consumo tende a aumentar mundialmente. No Brasil, estamos presenciando um aumento de consumo maior do que a maioria dos países. Vários setores defendem a liberação da maconha, o que seria um retrocesso para a sociedade, apesar dessa tendência de que cada vez mais jovens estejam consumindo maconha.

Já tratando de drogas mais pesadas, mas não menos prejudiciais pode-se destacar a cocaína, a partir de 1980, ocorreu uma explosão do consumo dessa droga na forma em pó, com um grama custando menos de US\$ 2, e uma expansão enorme da rede de distribuição.

Em meados da década de 1990 o crack surgiu na cidade de São Paulo, de uma forma lenta, mas que se expandiu para o interior do Estado e, nos últimos dez anos, se expandiu para todo o país. O crack é a cocaína que pode ser fumada, que infelizmente a deixa mais poderosa na criação de dependência e de uma série de problemas, em especial a violência.

Via de regra, com o surgimento do crack, ocorreu um aumento de vários tipos de crimes, de modo que a primeira vítima do crack é a própria família do usuário, tendo em vista que é muito comum o roubo de objetos diversos de sua própria casa, que são vendidos para sustentarem o consumo. Uma vez esgotada essa fonte de “recursos”, parte para outros crimes, como roubo de carros, assaltos etc.

A questão no Brasil

Para termos um panorama mais amplo e que possibilite realizar uma comparação sobre a abordagem que o mundo vem fazendo em relação ao consumo e circulação de drogas, é fundamental saber como o Brasil trata essa questão.

A legislação brasileira prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

No Brasil, é proibido em todo o território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos que possam produzir drogas, exceto em casos de rituais religiosos, sob pena de reclusão ou pagamento de multa.

A Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, estabelece em seu art. 28, que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Entende-se que o consumo de drogas no Brasil foi despenalizado criminalmente, porém não descriminalizado. Atualmente, no país, o debate em torno dessa temática e suas implicações está sendo retomado.

No Congresso Nacional existem uma comissão e uma subcomissão que trabalham a questão do crack e outras drogas.

No Senado Federal, nós temos a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros – CASDEP, no qual foi possível fazer o debate em torno de eixos como prevenção, tratamento, reinserção social, repressão ao tráfico, experiências internacionais e boas práticas.

Na Câmara Federal há também um intenso debate em torno da dependência química na Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do crack e de outras drogas ilícitas (CEDROGA). A partir dos temas prevenção, acolhimento, tratamento, reinserção social, repressão ao tráfico e legislação, o debate proporcionou o desenvolvimento de um plano de trabalho que subsidia a realização de seminários nas Unidades da Federação, nos quais o objetivo é levar informação para os gestores e conhecer as ações desenvolvidas nessas Unidades.

O Congresso Nacional tem o objetivo de fomentar o debate em torno da temática e envolver a sociedade civil para que de fato as propostas que venham a surgir sejam baseadas na realidade apresentada pelos gestores locais e pela sociedade civil. O que precisamos é de um modelo mais definido e eficaz na prevenção e no combate às drogas. Por essa razão, a regulamentação do artigo 68 da Lei Nº 11.343/2006, vulgarmente conhecida como Lei de Drogas, torna-se uma ferramenta de grande importância como instrumento de combate e proteção à família.

Pelo artigo 68, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais para fomentar a prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social dos usuários.

É patente a importância dessa regulamentação, mas não pode ficar apenas nisso. Essa regulamentação seria, sim, o passo inicial para um combate mais ostensivo no submundo das drogas, mas uma atuação mais direta e eficaz se faz necessária para construção de novos centros clínicos psiquiátricos voltados à reabilitação e reinserção social de dependentes químicos.

A divulgação dos benefícios que poderão ser auferidos a quem colaborar na prevenção, reabilitação e no combate ao uso de drogas deve ser difundido por toda a sociedade. Campanhas institucionais informando a importância dessa colaboração serão fundamentais para o sucesso da ideia.

Uma importante iniciativa já foi tomada pelo Deputado Aureo Lídio Moreira Ribeiro, que propôs uma Audiência Pública a ser instalada na Comissão Especial de Bebidas Alcoólicas da Câmara dos Deputados, visando a viabilizar a regulamentação do artigo 68 da Lei Nº 11.343/2006 pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em benefício de toda a sociedade brasileira.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, por meio de seu Fundador e Presidente Nacional Dr. Josué dos Santos Ferreira, teve a iniciativa de lançar a causa e hoje é um dos principais defensores da matéria no Congresso, mesmo porque o combate às drogas está enraizado nos princípios fundamentais deste respeitável e competente Instituto (IDELB), que tanto contribui para o fortalecimento institucional e constitucional do país.





Aliádne de Paula Damázio Leite

Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas – FACAMP

O NARCOTRÁFICO COMO DESAFIO AOS ESTADOS NO QUE SE REFERE À SUPERANÇA DAS CONDIÇÕES DE SUBDESENVOLVIMENTO



liádne de Paula Damázio Leite é graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas – FACAMP. Foi pesquisadora do Observatório de Fenômenos Transnacionais das Américas

– OFTA-FACAMP e do grupo Núcleo de Estudos Árabes – NEAF-FACAMP. Ex-pesquisadora/estagiária da Embrapa Monitoramento de Satélites e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República – GSI/PR, atualmente é colaboradora do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.

O fim do século XX foi marcado por intensas transformações nas relações internacionais, transformações essas que colocam novos elementos para a análise das relações internacionais no século XXI. Entre as principais mudanças, nota-se um rearranjo nas problemáticas da agenda internacional, que envolvem temas que não necessariamente abarcam conflitos interestatais. Tal rearranjo reflete, na verdade, a emergência de uma multiplicidade de novos atores que não os Estados, confirmando uma diversificação dos centros de poder que outrora estavam centralizados nos Estados, colocando em cena formas de poder não tradicionais.

Entre a emergência de grandes atores que passaram a redefinir a agenda internacional está um ator que nos últimos anos tem refletido uma preocupação na comunidade internacional: o crime organizado e suas inúmeras facetas. Apesar de a década passada ter sido marcada por uma recuperação positiva da inserção internacional dos países latino-americanos, não se pode deixar de enfatizar a continuidade de graves problemas relacionados à heterogeneidade social do continente e que se desdobram em problemas de violência e fraca coesão social. Referimo-nos particularmente ao problema do narcotráfico e das demais facetas do crime organizado, que, nesse mesmo período, se consolidou como uma rede econômica transnacional, capaz de mobilizar somas vultosas de capital e colocar grandes ameaças à chamada segurança nacional.

Outra característica dessa mudança política foi a tentativa de retomar a capacidade de conduzir o próprio desenvolvimento econômico e determinar sua inserção internacional por meio da nacionalização e estatização dos recursos naturais e energéticos, especialmente do petróleo e do gás. Muito embora, até o presente momento, tais nacionalizações não tenham possibilitado uma real alteração da estrutura e do modelo tradicional de inserção internacional das economias latino-americanas, esse movimento tem possibilitado a manutenção de uma política externa mais assertiva por parte desses países.

O crime organizado, sobretudo os cartéis de drogas, é uma das atividades econômicas mais rentáveis da região, já que concentra os três maiores produtores de cocaína e *cannabis*. Segundo o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, os lucros provenientes do narcotráfico corresponderam a 72 bilhões de dólares em 2009. A produção, o tráfico e o consumo de cocaína e de outras drogas sintéticas estão estruturados em um mercado internacional.

O alcance do consumo da cocaína passou a estimular a criação de um mercado internacional de produção e comercialização da cocaína na segunda metade do século XX. Desde o fim desse século e principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, o consumo se intensificou de forma ampla, gerando um grande estímulo às economias baseadas no narcotráfico, que articularam nesse período uma estrutura internacional para atender tal demanda. Ao mesmo tempo, a partir dessas décadas, os governos dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos e a Europa, passaram a fazer políticas para a redução do consumo, o que teve grandes impactos, mas não o suficiente para desarticular o mercado de produção e tráfico de cocaína.

A insuficiência de desarticulação do mercado produtivo da cocaína explica-se por uma característica da forma como o crime organizado está articulado. A globalização trouxe transformações nas relações internacionais na medida em que a soberania estatal baseada no siste-

ma de fronteiras não corresponde mais à extensão das diferentes formas de poder e autoridade presentes na economia globalizada. As fronteiras estatais foram flexibilizadas, tornando-se permeáveis e subordinadas ao movimento da economia global, flexibilizando também o conceito tradicional de soberania, baseado em limites e definições de fronteiras geográficas e controle territorial. Assim, o crime organizado favoreceu-se dessa abertura e passou a operar em nível transnacional, ou seja, constituiu-se em uma rede de atuação global, transformando-se em um ator poderoso capaz de se reconstruir facilmente após uma política de combate, como é o caso do narcotráfico e dos cartéis de droga.

Sendo assim, por essa característica de atuação em rede transnacional, dificilmente o combate à oferta será efetivo e suficiente. Ademais, é necessário que haja uma política integrada entre os países com o objetivo de encontrar um modelo de combate a demanda de drogas, promovendo políticas de prevenção.

A Organização das Nações Unidas (ONU), recentemente mudou seu entendimento em relação ao crime organizado. Em 2010, a ONU lançou o relatório *Transnational Organized Crime Threat Assessment (TOCTA)* - um relatório inovador que trata do crime organizado transnacional como um todo, não separando a questão das drogas dos outros tipos de crime organizado, como era feito anteriormente. Nesse relatório observa-se uma mudança crucial na abordagem do narcotráfico e do crime organizado, no qual é finalmente destacada a semelhança dos grupos com uma empresa transnacional e também como a globalização e o mercado financeiro são a base para o poder que essas organizações vêm ganhando. Isso seria um indicador, talvez, de um processo de reavaliação sobre as transformações da economia ilegal, o que forneceriam novos horizontes para políticas de combate. Logo, essa mudança de perspectiva da ONU deve ser entendida como um avanço significativo nas medidas internacionais para o combate a todas as formas de narcotráfico, pois instiga o abandono de políticas ineficientes, que acabam por prejudicar em demasia a população mais carente, e faz florescer a esperança de que é possível amenizar esse problema transnacional.





Prof. Dr. Laércio W. Vasconcelos

Especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Doutor em Implantodontia

ODONTOLOGIA – REABILITAÇÃO ORAL COM IMPLANTES APÓS A DESCOBERTA DE BRÅNEMARK

“Nenhum ser humano merece morrer com seus dentes (próteses) dentro de um copo d’água.”



especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilofacial e Doutor em Implantodontia, Laércio W. Vasconcelos, é Diretor do Brånemark Osseointegration Center – São Paulo, clínica de reabilitação oral especializada em implantes dentários.

O século 20 testemunhou muitos feitos que contribuíram para aumentar a expectativa de vida, o conforto e a alegria do ser humano. Entre as contribuições dadas pela Medicina e pela Odontologia, uma em especial tem resgatado o convívio social para milhões de pessoas: a reabilitação bucal com os implantes Brånemark.

Pessoas que não possuem todos os dentes precisam de próteses. O problema é que elas passam por um sofrimento muito grande, com dificuldades para se alimentar e falar, escondendo-se de todos os que amam.

A solução para esse calvário começou na década de 1950, onde o Brasil ganhou sua primeira Copa do Mundo, na Suécia. Quatro anos antes, um médico ortopedista e professor de anatomia chamado Per-Ingvar Brånemark, da Universidade de Gotemburgo, descobriu, acidentalmente, como colocar pinos de titânio dentro da cavidade bucal e fazer com que as próteses ficassem fixas.

Por meio de uma cirurgia simples e indolor, os implantes eram colocados dentro do osso, o paciente esperava pelo tempo de cicatrização, que variava de quatro a seis meses, e as próteses podiam ser parafusadas aos implantes mais tarde.

Além disso, esses implantes também podiam ser colocados em seres humanos que haviam perdido parte do braço, da perna, dos dedos, em pacientes com alguma deformação facial maior provocada pelo câncer e, também, em pacientes com deficiência auditiva. Não havia limites e nem mesmo seu criador sonhava com tudo o que estava por vir.

Mesmo assim, por precaução, essa descoberta só veio ao mundo em 1977, quando foram publicados os primeiros resultados clínicos. Mais tarde, em 1982, Brånemark e sua equipe cruzaram o Atlântico e apresentaram os princípios da técnica em Toronto, no Canadá. Daí em diante, os Estados Unidos da América tornariam o Protocolo Brånemark um grande sucesso clínico e reconhecido em todo o planeta.

No fim da década de 1980, Brånemark veio ao Brasil para apresentar sua técnica. Vendo a necessidade e os benefícios que o implante traria ao nosso país, principalmente às pessoas que nasciam com o lábio leporino, adotou nossa pátria como a sua segunda casa. Assim,

fundou um grande centro em São Paulo e um instituto em Bauru, cidade onde morou por alguns anos. Ainda nessa época, o Prof. Brånemark lecionou em universidades, treinando, pessoalmente, centenas de cirurgiões-dentistas que continuam, até hoje, a propagar sua técnica.

No início da década de 1990, diversos fabricantes nacionais lançaram seus sistemas de implantes baseados na filosofia Brånemark, o que deu impulso à indústria nacional, gerando novas divisas e popularizando os implantes como mais uma opção de tratamento odontológico. Era o adeus, definitivo, às próteses que machucavam as gengivas.

Atualmente, existem diversos centros no mundo que ensinam o protocolo Brånemark. No Brasil, essa técnica de reabilitação com implantes é oferecida em São Paulo por uma equipe multidisciplinar, treinada e consagrada em procedimentos de casos simples e complexos e liderada pelo Dr. Laércio W. Vasconcelos. Trata-se da Brånemark Center São Paulo: uma clínica integrada que utiliza conceitos, filosofias e técnicas testadas e aprovadas pelo próprio criador do princípio da Osseointegração.

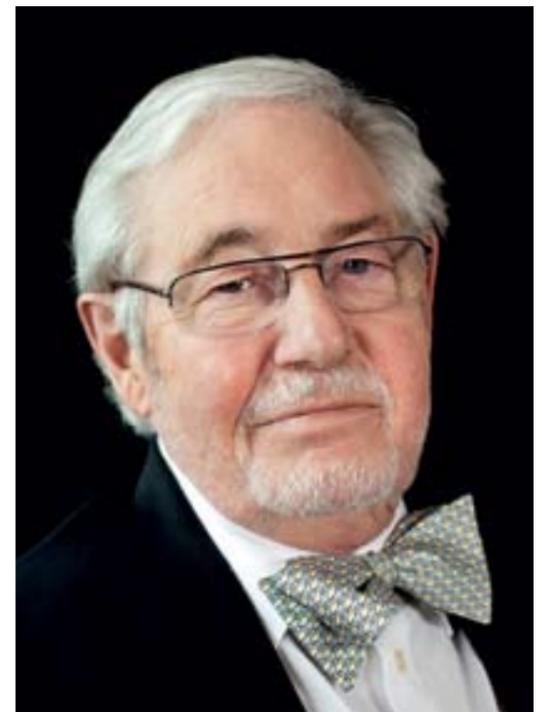
Além de São Paulo, os pacientes encontram a mesma qualidade e tecnologia nos centros localizados na Suécia, na Espanha, na Índia, na China, no Japão, na França e nos Estados Unidos.

O Prof. Brånemark continua ativo, acaba de completar 83 anos e é PhD por cinco universidades europeias. Foi indicado cinco vezes ao Prêmio Nobel de Medicina e, em maio de 2011, em Budapeste, Brånemark teve mais um grande reconhecimento por meio do prêmio Europeans Inventor Award 2011, na categoria “Lifetime Achievement”, pelo conjunto de realizações ao longo de sua vida.

O protocolo Brånemark avançou muito desde a sua criação e hoje é referência mundial como um sistema seguro e durável. Dependendo da condição do paciente, é possível colocar o implante e fixar a prótese no mesmo dia.

O implante de titânio é a grande revolução e descoberta do nosso tempo. Em 2010, cerca de 400 mil dentistas no mundo já viviam dessa especialidade odontológica e mais de 1.000 empresas fabricavam ou distribuíam implantes e materiais de uso profissional.

Humanista e perseverante, Per-Ingvar Brånemark continua com seus esforços em levar a reabilitação oral com implantes a todos os quadrantes do mundo. E, como ele próprio diz, “Nenhum ser humano merece morrer com seus dentes (próteses) dentro de um copo d’água”.



Prof. Dr. Per-Ingvar Brånemark
Criador da moderna Implantodontia



Odontologia avançada

O **Brånemark Center São Paulo** é uma clínica avançada de reabilitação oral com qualidade internacional, atendendo pessoas de todas as idades.

Especializada em implantes dentários, é referência mundial no desenvolvimento científico e tecnológico, e na realização de procedimentos simples e complexos para os seus pacientes.

A clínica utiliza os conceitos e técnicas criadas e aprovadas por **Per-Ingvar Brånemark**, descobridor dos implantes de titânio, a base de toda a Implantodontia moderna.





inçada no Brasil.

O **Brånemark Center São Paulo** atende, de forma personalizada e com total discrição, executivos, empresários, autoridades civis, militares e demais segmentos da sociedade.

Com quase 20 anos de existência, já tratou mais de 5.000 pacientes, colocou mais de 20.000 implantes e tem contribuído para que cada vez mais pessoas recuperem a sua saúde e autoestima, ganhando, assim, uma nova chance de sorrir.

Brånemark Center São Paulo
Uma instituição a serviço da melhor qualidade de vida.



Brånemark Center São Paulo
Clínica de reabilitação oral especializada em implantes

Salve o Planeta por uma vida melhor!

O presente e o futuro do Planeta estão em nossas mãos.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB mais uma vez cumpre o seu papel de responsabilidade social para proteger e zelar pelo meio ambiente, conforme as diretrizes estabelecidas no item 8 dos princípios do Pacto Global, por meio do lançamento da Campanha Institucional de Sustentabilidade Ambiental do IDELB. Salve o Planeta por uma vida melhor! O presente e o futuro do Planeta estão em nossas mãos.

